

REFLEXÕES SOBRE UMA ESCOLA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE CASCA/RS

Cassiane de Freitas Paixão*
Rosana Severo da Silva**

Resumo: O presente artigo busca, mediante a apresentação de uma escola localizada no Quilombo de Casca, no Rio Grande do Sul, apresentar tanto a história da escola quilombola, quanto as experiências e práticas escolares nesse contexto, trazendo questionamentos sobre como a escola é percebida na comunidade. A construção do texto apresenta certos questionamentos, que envolvem a comunidade quilombola de Casca e que indicam as percepções da própria comunidade com relação à escola, tanto no que se refere aos projetos trabalhados ao longo do ano, na escola, como a formação de professoras e professores para pensar as diretrizes curriculares quilombolas. Também são apresentados autores para fundamentar a educação quilombola e conhecer suas diretrizes curriculares.

Palavras-chave: Quilombolas. Educação. Diretrizes curriculares quilombolas

Resumen: El presente artículo busca, mediante la presentación de una escuela ubicada en el Quilombo de Casca, en Rio Grande do Sul, presentar tanto la historia de la escuela quilombola, como las experiencias y prácticas escolares en ese contexto, trayendo cuestionamientos sobre cómo la escuela es percibida en la comunidad. El objetivo es presentar la escuela, reflexionando sobre las experiencias y enfocándose en el contexto escolar de esa escuela en la comunidad. La construcción del texto presenta ciertos cuestionamientos que involucran a la comunidad quilombola de Casca y que indican las percepciones de la propia comunidad con relación a la escuela, tanto en lo que se refiere a la formación de professoras y para pensar las directrices curriculares quilombolas. También se presentan autores para fundamentar la educación quilombola y conocer las directrices curriculares.

Palabras claves: Quilombolas. Educación. Directrices curriculares quilombolas

* Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande. Desenvolve pesquisas sobre a expansão da educação superior no Brasil, questões étnico-raciais no sul do Rio Grande do Sul, ações afirmativas e clubes sociais negros. Possui graduação em CIENCIAS SOCIAIS pela Universidade Federal de Pelotas (1999), mestrado em Pós Graduação em Sociologia - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (2004) e doutorado em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos (2010). Realizou pós doutorado na Universidade Federal da Bahia, junto ao grupo de pesquisa A cor da Bahia, entre 2017 e 2018. Coordenou a especialização, modalidade à distância, no curso de Ensino de Sociologia no Ensino Médio entre 2014 e 2016. Atual coordenadora da Especialização em Sociologia, presencial, na Furg. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia, atuando principalmente nos temas relacionados a sociologia da educação, educação superior, políticas educacionais, universidades e ações afirmativas.

** Pedagoga, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Membro do Coletivo Quilombola na mesma instituição de ensino. Tem interesse nos seguintes temas: Educação quilombola, Educação infantil, cultura negra e a lei 10.639/2003. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Entender e discutir a educação, junto a comunidades tradicionais, é nos mobilizarmos para além de referenciais teóricos, mas uma outra estrutura de “modelo educacional”, repensando, assim, valores, admitindo-se os conflitos e revendo os modelos de gestão educacional.

O presente artigo busca, mediante a apresentação de uma escola localizada no Quilombo de Casca, no Rio Grande do Sul, apresentar tanto a história da escola quilombola quanto as experiências e práticas escolares nesse contexto, trazendo questionamentos sobre como a escola é percebida na comunidade. Tentamos discutir e identificar a importância das características da escola na comunidade quilombola de Casca, elaborando, assim, um trabalho de pesquisa, no qual buscamos envolver tanto o reconhecimento da cultura e da educação quilombola, quanto a valorização das tradições já presentes na comunidade.

Ao retomar o referencial teórico de Clovis Moura (1992), bem como os documentos e a legislação que mobilizam a educação quilombola, o título desse texto se remete à necessidade de realizar uma discussão sobre como as escolas, em comunidades quilombolas, têm estruturado sua relação social e pedagógica com a comunidade. Por este motivo, as entrevistas realizadas junto aos interlocutores foram pensadas com o intuito de entender o significado da escola para os membros da comunidade quilombola, bem como a história dessa escola na região.

A construção deste trabalho apresenta certos questionamentos que envolvem a comunidade quilombola de Casca e que indicam as percepções da própria comunidade, com relação à escola. Nas observações sobre o espaço escolar, foi possível verificar que as crianças se deslocam de outros locais vizinhos. Então, como uma escola, localizada na comunidade quilombola, trabalha com os projetos pedagógicos, ao longo do ano? Há discussões sobre história e cultura quilombola, na escola? Os estudantes e a comunidade do entorno de Casca reconhecem a Escola Estadual de Ensino Fundamental Quitéria Pereira como uma escola quilombola? Os professores têm uma formação específica para trabalhar com as crianças quilombolas? Há um projeto para trabalhar a cultura quilombola, ao longo do ano? Qual é a estrutura pedagógica que o

município utiliza para "apoiar" essa escola?

A comunidade quilombola, que se chama comunidade remanescente de Casca, localiza-se no litoral norte do Rio Grande do Sul, com 2.400 hectares de terra, que pertencem à antiga fazenda de Casca, localizada a 70 km do município de Mostardas-RS. Nessa localidade, há uma estrutura populacional que transcende os limites da comunidade e que propicia a renovação e a criatividade dos laços históricos e sociais ali fundados, reafirmando a simbologia da ancestralidade.

Figura 1 - Localização do Município de Mostardas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mostardas#/media/File:Locator_map_of_Mostardas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg

O termo quilombola é decorrente de discussões da Frente Negra Brasileira, desde meados dos anos de 1930, aparecendo de modo mais veemente, no período pós ditadura militar.

Relançado por militantes e intelectuais afrodescendentes, tornou-se pouco a pouco um fato político, ao alcançar visibilidade e interagir com diversos setores progressistas que tinham voz e voto na Assembleia Constituinte. De certo, o debate sobre titulação das terras dos quilombos não ocupou, neste fórum constitucional, um espaço de grande destaque e suspeita-se mesmo que tenha sido aceito pelas elites ali presentes por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do Quilombo de Palmares. A fase posterior, em que surgiram inúmeros pleitos pela aplicação do Artigo 68 surpreendeu até mesmo os parlamentares, que passaram a atuar mais enfaticamente, através do apoio de intelectuais e organizações não governamentais (ONGs) voltadas para a valorização dos direitos humanos e implementação de políticas de promoção da igualdade. (LEITE, 2004, p. 19).

Ao seguirmos o texto de Leite (2004), que trata do processo de reconhecimento da comunidade quilombola de Casca, destacamos a discussão sobre o que significa o sujeito de direito das políticas públicas e o quanto isso fica atrelado a um “atestado” sobre a sua existência real, sobre a persistência como grupo. (p. 20) Isso porque, a identidade quilombola pode ser pensada como um vínculo de reflexão de comunidades que estão associadas a uma origem, com a essencialização na ideia de quem éramos e de quem somos, como cita Souza:

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideia tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além de identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. (SOUZA, 2008, p. 78).

Portanto, os remanescentes quilombolas, que conquistaram suas terras, ou parte da terra onde plantavam e moravam, até a sua morte, deixaram suas terras como herança. Constitui-se, assim, um quilombo, de tal modo que a identidade que eles carregam como quilombolas estabeleceu-se na comunidade, como a luta pela garantia dos direitos.

Candau (2008) aponta a importância em pensar os processos de concentração das identidades culturais, tanto em nível pessoal, quanto coletivo. Nessa condição, julga fundamentais as histórias de vida e a construção de diferentes comunidades socioculturais. A autora considera muito importante que essas histórias possam ser

contadas, reconhecidas e valorizadas, como parte do processo educacional, o que corrobora as possibilidades presentes na relação entre a comunidade remanescente de quilombos de Casca e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, o que ainda não acontecia, em sua plenitude.

As concepções de memórias coletivas, costumes e religião são identitárias e dizem respeito ao sentimento de pertença em relação ao seu território, tendo como laços de vínculo entre os membros características que são reconhecidas por uma origem. Assim, a identidade quilombola faz uma releitura de toda trajetória do negro que está inserida num movimento de reconstrução e valorização da identidade.

Segundo Clovis Moura (1988):

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande estável ou de vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elementos de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinados locais, por circunstância mesológica favoráveis, ele podia afirma-se. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, ela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando sua raça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal sociedade escravista. (MOURA, 1988, p. 103).

As pessoas que moram na comunidade quilombola de Casca são, na sua maioria, idosos que ainda carregam alguns costumes de seus antepassados. Isso nos indica a refletir que também a edificação da comunidade ocorre nessa relação intergeracional. (PARÉ; OLIVEIRA; VELLOSO, 2007).

Entende-se, também, que uma comunidade quilombola é carregada de culturas e tradições, que são ensinadas e passadas de geração a geração.

A partir das tais reformulações do conceito de cultura e do papel da cultura na vida humana, surge, por sua vez, uma definição do homem que enfatiza não tanto as banalidades empíricas do seu comportamento, a cada lugar e a cada tempo, mas, ao contrário, os mecanismos traves de cujo agenciamento a amplitude e a indeterminação de suas capacidades inerentes são reduzidas a estreiteza e especificidade de suas reais realizações. (GERTZ, 1926, p. 33).

Um dos pontos importantes das comunidades quilombolas é a autonomia como processo essencial para a identidade dessas comunidades, seu reconhecimento cultural e seus costumes. Segundo Pereira (2016):

O termo de quilombola, que significa a fortaleza ou acompanhamento militar, nas linguagens dos povos bantos, só passou a ser utilizado a partir do século XVII, e é possível que essa mudança de nomenclatura esteja diretamente vinculada à experiência de Palmares, devido à sua magnitude e as dificuldades enfrentadas pelo Estado português em destruí-lo. (PEREIRA, 2016, p. 116).

É importante enfatizar que a história da população negra, nas instituições escolares, foi uma construção da resistência desse grupo. Sendo assim, a educação quilombola é mais um momento da história das comunidades negras e quilombolas, nas instituições e que precisa ser repensada, com sua discussão social, histórica e cultural.

UMA ESCOLA QUILOMBOLA E UM NOVO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Pensar sobre como a escola foi fundada, quem auxiliou no processo de implementação, o empenho dos presidentes da comunidade da época, como ela funcionava e como ainda funciona são questões imprescindíveis para entender o significado de uma escola, na comunidade quilombola, e se a comunidade participa direta ou indiretamente dessa escola.

Podemos começar trazendo o significado de quilombo. Esse aparece como um dos módulos da resistência mais representativo, que existiu, mais do que possa ser pensado pelo quantitativo:

Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. (MOURA, 1992, p. 23).

Segundo Leite (2000), o jeito de falar quilombo vem sendo usado desde o começo do período colonial. Assim, o quilombo é um conceito próprio de africanos e, com o passar do tempo, esta expressão vem mudando.

O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. (LEITE, 2000, p. 335-336).

Entendemos, nesse momento, que a escola quilombola pode ser pensada como um conceito de quilombagem, ou seja como um movimento dentro e que converge para o quilombo. (MOURA, 1992).

No projeto político pedagógico a que tivemos acesso, a data era de 2009, constava que a Escola Maria Quitéria foi fundada no ano de 1956, e em 1996 foi nucleada à Escola Major Azevedo. Em 2005, seu nome foi retificado e passou a ser E.M. F. Quitéria Pereira do Nascimento.

Ainda no projeto, temos a descrição da comunidade:

Os homens, em sua maioria, trabalham no campo, nas granjas de arroz e as mulheres são do lar. Trabalham com artesanato de lã de ovelha, crochê, tricô, pintura em tecido e outros trabalhos manuais, com como agricultura familiar, de onde tiram seu sustento. As crianças gostam muito de jogar futebol, de dançar, participar das atividades realizadas na associação no turno oposto ao escolar. (p. 9)

A escola pública, que atendia as crianças da comunidade quilombola de Casca, se situava em terras vizinhas às da comunidade, abrangendo quilombolas e não quilombolas. Nela trabalhavam duas professoras do município, que não tinham formação adequada para ensinar, e a escola era bem pequena, com poucas crianças. Como dizem os autores Wediggen e Silva:

No que dizia a respeito do trabalho pedagógico, tratando das questões relacionadas as relações étnicos raciais, consoante com a lei Lei 10639/03 que no qual diz (que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficinas e particularidades, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira e que o conteúdo programático incluirá o estado da História da África e dos Africanos, a luta do negros no Brasil, cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a construção do povo negro nas áreas social, econômico e política, pertinentes a História do Brasil.) Tal contribuição para incorporar a questão quilombola como suporte na

construção de uma proposta pedagógica é fundamental que valorize a cultura e sua identidade como quilombola, destacando a importância de pensar na diversidade e nos distintos sujeitos da educação. (WEDIGGEN E SILVA, 2010, p. 74).

Para garantir suas demandas, a comunidade organizou seus processos a partir da construção de uma Associação Comunitária Dona Quitéria, tornando-se a primeira associação quilombola no Estado do Rio Grande do Sul. Conseguiu, recentemente, ter uma escola reconhecida pela Fundação Palmares, abrindo caminhos para os projetos que a comunidade almejava. Assim, através da associação quilombola surgiram vários benefícios para a comunidade, como por exemplo, equipamentos agrícolas, sementes, árvores frutíferas para os moradores plantarem, computadores, um consultório médico, equipamentos para dentista e várias outras melhorias. Além disso, através de diversas reuniões, conseguiram montar a escola dentro da comunidade, nas terras de Casca.

Respeitando as Diretrizes Curriculares (Conselho Nacional de Educação, Resolução n. 8 de 20 de novembro de 2012) para a Educação Quilombolas, deve-se preservar a cultura que cada criança quilombola traz para a escola, porque são experiências e ensinamentos que vêm dos seus pais ou avós, saberes significativos que reafirmam seu pertencimento.

Segundo o Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 20/11/2012, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais, juntamente com a Convenção 169 da OIT, orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Em concordância com o art. 3º dessa política, estas Diretrizes consideram:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (grifos nossos). II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, quer utilizados de forma permanente, quer temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e (grifos nossos). III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (p. 12).

Relatos de jovens da comunidade quilombola de Casca afirmam que “a comunidade quilombola não é como era antigamente”, pois as pessoas descrevem que passaram por muita dificuldade, porque não havia luz, água encanada, televisão.

Hoje, temos tudo isso em nossas casas, pois as construções já não são mais de barro, temos a energia elétrica dentro de casa, com acesso à internet e vários outros benefícios que a modernidade permite”. (moradora do quilombo de Casca)

Portanto, o acesso à tecnologia e a outras formas de informação leva as pessoas a valorizarem o novo, onde podemos trazer questionamentos sobre a valorização da cultura e do saber das tradições. Conforme Valasques (2008):

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela convenção sobre povos indígenas e tribais. (VALASQUES, 2008, p. 234-235).

Está estabelecido, nos documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação - Escola Quilombola na Educação Básica (Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012), a garantia do fortalecimento da educação, nas comunidades quilombolas e a garantia de que as escolas das comunidades tenham acesso ao cumprimento da lei, com formação de professores, elaboração de materiais didáticos diferenciados e inovadores na construção da educação quilombola. Desse modo, essa educação aborda a história da África e afrodescendência, como conteúdo obrigatório, para que os alunos reconheçam suas origens e seu pertencimento.

Depois da abolição da escravatura, surge o primeiro desafio, uma educação que tenha como pressuposto a inclusão da história dos negros descendentes de escravos,

levando em conta uma perspectiva de um currículo escolar com a estruturação sociocultural, utilizando, também, materiais didáticos próprios e contando com a participação da comunidade quilombola. A educação quilombola busca um projeto que trate das suas manifestações, de suas lutas e conquistas, para trazer para o contexto escolar a cultura de uma população que tem tantas histórias, pensar numa forma que envolvam de maneira ampla os conteúdos escolares de uma escola quilombola. (SILVIA, 2011, p. 03).

Deste modo, é importante pensar o quanto as comunidades quilombolas têm suas próprias estruturas, possuem histórias que são originadas pelas comunidades rurais e suas tradições culturais. Souza (2008) explica como as comunidades passaram a existir:

As comunidades quilombolas, muitas delas surgidas nos séculos XVII, XVIII E XIX, chegam ao século XXI como uma forma alternativa de organização social, etnicamente constituída, com dimensões histórica, social e culturalmente distintas, e esses elementos tem vínculo profundo com o modo de acesso e com os usos da terra. (SOUZA, 2008, p. 89).

Refletir sobre educação e comunidades quilombolas é discutir a resistência, cultura e tradição, compartilhadas para além de um espaço social, mas a partir de um grupo que resiste ao sistema escravocrata, com suas dimensões sobre o uso da terra e do seu próprio modo de vida.

Organização do projeto e percepções sobre a escola quilombola

Foi realizada uma pesquisa predominantemente qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu através de questionamentos com membros da comunidade de Casca, bem como um estudo sobre o Projeto Político e Pedagógico, junto a entrevista com o representante o IACOREQ (Instituto de Assessoria às Comunidade Remanescentes de Quilombos). Nesta pesquisa, foram entrevistadas três pessoas: uma a professora, uma funcionária da escola e uma pessoa que fez parte da construção histórica da escola Quitéria Pereira do Nascimento. Essas pessoas, além de contribuir para a pesquisa, ainda fazem parte da comunidade da escola Quitéria Pereira do Nascimento. No entanto, cabe destacar que a

entrevistadora era parte da comunidade, sendo assim, a compreensão sobre a importância da escola para essa comunidade já era parte do projeto e do que entendemos como próprio *objetivo de pesquisa*.

A pesquisa exploratória teve por fim familiarizar-se com o contexto pouco conhecido e, assim, descrever as características deste assunto sobre educação quilombola na comunidade de Casca. De acordo com Gil (1999, p. 44), “os estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica”.

A professora que participou da pesquisa tem pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (EJA), leciona Educação Física na escola Quitéria há quase 2 anos e é moradora da comunidade quilombola, também vizinha a de Casca. Ela gosta bastante de trabalhar nessa escola, que é muito carente. A funcionária da escola trabalha na comunidade há 15 anos, como servente geral e mora na comunidade há muitos anos. Seu esposo é presidente da Associação Dona Quitéria. O outro entrevistado é um dos representantes do IACOREQ (Instituto de Assessoria às Comunidade Remanescentes de Quilombos), sendo muito envolvido no crescimento da comunidade de Casca de militante do movimento negro e sindical.

Para pensar as categorias de análise, foram escolhidas questões relacionadas à identidade quilombola construída e à representação dessa no âmbito escolar, ou seja, nos projetos desenvolvidos ao longo do ano. Assim, descobriu-se que a escola tem projetos que envolvem a histórias de Casca, como diz a professora da escola, em um pequeno trecho da entrevista:

[...] através de poemas textos, contos história da comunidade, conversas e trabalhando o folclore referente a comunidade historias e enfatiza mais no mês de novembro que é o mês que a gente faz a festa da comunidade na escola que este ano vai ser dia 25 de novembro, assim tendo relação com o tema que foi escolhido.

Também sobre o apoio da prefeitura com relação à gestão e infraestrutura da escola, a professora ainda destaca o que representa administrativa e financeiramente uma escola quilombola na região:

Mas há quem diga que não deveria ser assim, que a escola tem uma verba específica por ser quilombola e que deveria ser diferenciada, mas

por enquanto ainda não, a gente tem o mesmo tratamento das outras o mesmo apoio que é dado para as outras escolas.

Aqui, pode-se ver o que fundamenta a discussão trazida por um dos participantes do IACOREQ e que fez parte da história desta escola desde o princípio:

Em relação ao ponto de vista ao projeto em relação ao apoio a prefeitura na realidade nos percebemos da dificuldade que existem no ponto de vista da prefeitura em dar conta dos equipamentos da escola e de todo funcionamento podemos perceber que a percepção que não existe um projeto político pedagógico por parte da secretaria municipal da educação no que tange à questão da adoção desse currículo com as diretrizes da comunidade quilombola.

A proposta de discussão também a se dedicaria a analisar o documento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola quilombola, mas não houve como acessá-lo, e encontramos somente um desatualizado. A funcionária da escola relata que o documento sobre o projeto político da escola é antigo, conforme a professora já havia nos relatado:

Sobre o PPP da escola, é um antigo, de repente, eu não sei mais o PPP deve ser igual para todas as escolas do município, deve estar no site da prefeitura.

A funcionária da escola também relata que as professoras fazem um cursinho durante as férias, mas não soube mais, sendo que o representante do IACOREQ também relatou algo parecido respondendo a perspectiva do trabalho.

Funcionária:

Pelo que eu sei ainda pelo ano retrasado elas recebiam a formação assim do pacto e depois não vi fala mais nada, além que durante as férias elas tem que ir lá recebem um cursinho, agora não posso te esclarecer o que é.

Representante do IACOREQ:

Alguns professores da rede municipal de Mostardas que fizeram curso de formação junto há ao GUEDES que é o departamento de extensão e

desenvolvimento social da UFRGS, no que tange à formação dos professores para implementação da lei 10639, então nos governos passados já foi feita essa preparação essa formação dos professores.

A partir dos relatos, chega-se à conclusão de que as professoras receberam uma formação sobre a Lei 10639, logo que essa lei entrou em vigor, e muitos docentes foram fazer essa capacitação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entanto, essas professoras não devem ser as mesmas que atuam, hoje, na escola Quitéria, uma vez que a professora entrevistada não citou essa formação.

Também foi possível observar um olhar inicial e meramente crítico sobre formação dos professores ou implementação da lei 10639, que precisa ser repensado, visto que as professoras estão tentando, no dia a dia dessas crianças, valorizar a cultura e a tradição quilombola

O representante do IACOREQ falou mais sobre o trabalho da comunidade na escola das terras quilombola e o vínculo que a associação tem com a escola, historicamente.

Quanto ao vínculo da associação da escola, são instituições distintas né, a associação ela tem um papel importante de fazer a escuta das pessoas da comunidade, na realidade de também são os pais desse alunos que vão frequentar ou não a escola municipal então cada um tem o papel para desempenhar associação de certa forma faz parte também da comunidade escolar, também cabe destacar a importância que associação tem no ponto de vista de fazer a representação dos interesses dos quilombolas na comunidade.

A funcionária da escola nos relatou sobre esta questão com um pouco de ressentimento:

A associação não tem nenhum vínculo aqui, porque tudo que eles fazem este ano o que está acontecendo aqui na escola, ele e as pessoas que estão aqui não repassam nada, a gente não fica sabendo de nada do que está acontecendo, eu como tenho 15 anos de Quitéria eu não fico sabendo de nada. Se eles perguntam se a associação vai interagir não perguntam nada, nada, nem eles me perguntam alguma coisa.

Ao analisar as falas da professora e da funcionária, percebe-se que cada uma vê a participação da associação de forma diferente. Embora a professora diga que a

associação tem uma pequena participação, apenas na festa da consciência negra, ela não sabe mais sobre o trabalho desta.

Com a relação à associação ela está sempre presente, embora não tenha muita coisa na associação, não que a gente fique sabendo, mas como tem a Rose que trabalha conosco e aí ela nos passa quando tem alguma coisa, mas nessa festa que a gente faz em novembro aí sim a associação e a comunidade toda participa, é o momento que é aberto para a comunidade e para a associação que eles colaboram nos ajuda bastante, mas da associação é só isso assim, não vejo nada mais, mais não sei como está a associação em que pé está, não estou a par disso.

Observou-se, nas duas entrevistas, que a maioria dos alunos são crianças moradoras da comunidade de Casca e que, como relata a funcionária da escola, são cerca de 25 crianças.

A fala da professora é bem completa em relação à resposta sobre das crianças:

Bom, as crianças são, os alunos no caso, são pessoas da comunidade mesmo, são moradores mesmo, pais que sempre moraram ali, são netos dessas pessoas e sempre moraram ali

A funcionária da escola deixa bem claro que deve ter crianças de fora da comunidade, e indica a preocupação do número de alunos, para a manutenção da escola:

A escola abrange as crianças da comunidade e crianças de fora, até por ter mais crianças na escola, porque aqui só se encontra 25 alunos ao total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um trabalho sobre a escola, numa comunidade quilombola é, primeiramente, um trabalho de escuta com os membros dessa comunidade. Assim, tendo em vista os aspectos observados, as professoras do município estiveram em um curso sobre a lei 10.639, mas, atualmente, não recebem nenhum tipo de formação específica para atuar nessa escola. E fazem esforços pessoais para trazerem discussões

sobre quilombos nesse espaço.

Foi possível verificar que a escola tem alguns projetos realizados com as crianças durante o ano, através do folclore referente à comunidade, na sala de aula com textos, poesias e contos históricos. Mas, sempre é atribuído mais valor no mês de novembro, quando acontece alguma festividade referente ao mês da consciência negra.

A dificuldade que a prefeitura tem de reconhecer essa escola quilombola acaba dificultando o acesso às verbas. Os entrevistados relataram que a escola recebe o mesmo tratamento de uma escola comum do município, e sem haver um Conselho de Pais e Mestres, não há como a verba cair diretamente na conta da escola.

Foi possível entender a necessidade de repensar a gestão municipal e as políticas destinadas à educação quilombola, um dos destaques é a pouca importância dada ao projeto político da Escola Quitéria. Os questionamentos se debruçam sobre as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 08/2012). No Art.8º, inciso V, há a garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola.

Discutir a identidade quilombola, hoje, na comunidade de Casca é também pensar nesse espaço escolar construído social e historicamente pela própria comunidade, que pode ser pensado como parte do processo de resistência e de educação dos quilombos da região sul.

Figura 2 – Atual Prédio da Escola



Fonte: foto registrada por moradora e pedagoga da comunidade de Casca

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37. Jan./abr. 2008. p. 45-55.
- FONSECA, M. V. **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEITE, I.B. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Caderno de textos e debates do NUER**. n. 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.
- LEITE, I.B. **O legado do testamento: A Comunidade de Casca em perícia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.
- MOURA, C. **Rebelião da Senzala**. 4. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.
- OLIVEIRA, I.; PESSANHA, M. J. (Org.) **Educação e Relações Raciais**. Rio de Janeiro/Niterói, 2016.
- PARÉ, M.L.; OLIVEIRA, L.P.; VELLOSO, A.D. A educação quilombola para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade kalunga do engenho II(GO). **Cad. Cedes, Campinas**, v. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ ago. 2007.
- PEREIRA, M.S. *Quilombos, revoltas e Fugas*: p 113 a 127. Disponível em <https://quilombos.wordpress.com/legislacao>> Acessado: em 05.07.2017
- SANTOS, S.; SILVA, P. S. (Org.). **Projeção Quilombola**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.
- SILVA, G. M. Currículo Escolar: identidade e Educação Quilombola. **Cadernos ANPAE**, v. 11, p. 1 - 4, 2011.
- SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, indenitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Universidade Federal de Brasília. Dissertação de mestrado.2008.

VELÁSQUES, C. "Quilombolas". *In*: RICARDO, B. e CAMPANILI, M. (Ed.). **Almanaque Brasil Socioambiental 2008**. Instituto Socioambiental. 2007. p. 234-235.

Submissão em: 27-08-2019

Aceito em: 22-11-2019